

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2008:** _____

---Aos sete dias do mês de Abril do ano dois mil e oito, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Moraes. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
António Maranhão Peixoto,
Orlando Martins Capitão,
Manuel Albino Penteado Neiva,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,
Manuel Sérgio Miranda Zão,
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,
José Manuel Neiva da Cruz,
António Veiga de Araújo,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
António Manuel Rossas Pereira,
António Pilar Ferreira,
Ana Margarida Ferreira Morgado,
António Luís Faria da Costa Ribeiro,
José Luís da Silva Ribeiro;
António Viana da Cruz,
Emílio Moreira dos Santos Dias,
Manuel Fernando Lima Meira Torres,
Mário Ferreira Fernandes,
José Eduardo de Sousa Felgueiras,
José Artur Saraiva Marinho,
António Vendeiro Catarino,
António Benjamim da Costa Pereira,
António Martins Neves,
José Augusto Azevedo Sousa,
António Manuel Amorim dos Santos,
José Maria Losa Esteves,
Jorge Manuel Neto Filipe,
Joaquim Carvalho Rosmaninho e
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo vinte e uma horas e dez minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência do seguinte elemento: Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes.

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

Antes de dar a palavra aos membros que a solicitaram o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do comunicado que foi feito à imprensa através do qual é dado a conhecer o resultado da reunião havida com o senhor Ministro que tutela a área dos transportes e na qual foi discutido o assunto relacionado com as portagens na A28.

Deu ainda a conhecer que no próximo dia 21 de Abril, pelas 21H30, haverá, no salão Nobre dos Paços do Concelho de Esposende, uma reunião com as Comissões Permanentes das Assembleias Municipais dos quatro municípios potencialmente afectados pela instalação de portagens da referida A28.

Deu ainda a conhecer o facto de o pedido apresentado por esta Assembleia ao senhor Ministro do Ambiente relacionado com o Projecto de Regulamento do Parque Nacional do Litoral Norte não ter tido qualquer resposta por parte daquele responsável governamental.

Seguidamente propôs a apresentação de três votos de pesar pelo falecimento, respectivamente, da sogra do deputado municipal António Martins Neves, do senhor Jorge Dias Félix Araújo, o qual desempenhou as funções de Vereador da Câmara Municipal de Esposende e foi Presidente desta mesma Assembleia Municipal, bem como pelo falecimento do senhor Martinho Pena que desempenhou funções de Tesoureiro na Junta de Freguesia de Rio Tinto. Mais propôs que, em caso de aprovação, os votos de pesar sejam apresentados aos respectivos familiares.

Interveio seguidamente Albino Neiva que apresentou as felicitações ao deputado João Nunes pela sua eleição como presidente da concelhia de Esposende do Partido Socialista.

Continuando no uso da palavra, o deputado Albino Neiva fez a seguinte intervenção, que vai ser transcrita:

“Estamos convencidos que após 34 anos de vida democrática, de crescimento e maturidade política, já não haveria necessidade de nos colocarmos em bicos de pés para ficar bem na fotografia de grupo.

Desde que se ouviu falar em portagens na A28 esta Assembleia Municipal - no seu todo

político, expressou-se contra essa determinação, exprimiu o seu descontentamento e, como era de esperar, aliou-se, nesta batalha, a outras instituições criando para esse efeito uma frente comum de protesto contra os propósitos do Governo. As quatro Assembleias Municipais - Viana do Castelo, Esposende, Póvoa de Varzim e Vila do Conte, com a concordância de todos os Partidos Políticos com representação nas suas Assembleias Municipais e nomeadamente os seus representantes, constituíram-se em Comissão Inter-Municipal, redigiram documentos que apresentaram ao Governo, agendaram reuniões com o Ministro dos Transportes e Deputados, mostrando a sua discordância e indignação. Desde início prevaleceu um pressuposto de que esta questão não se deveria partidizar pois levaria a uma melhor capacidade de diálogo. É certo que, por idiosincrasia histórica, o PCP raramente se compromete com estes princípios e, procura, paralelamente, e de forma a fazer notar a sua militância revolucionária, enceta uma luta própria que, por regra, raramente colhe frutos antes pelo contrário só coloca areia na engrenagem.

Mas como sempre se ouviu dizer “os extremos tocam-se e até coincidem”. Foi com espanto que há meia dúzia de dias vimos surgir - tal como cogumelos na selva, mais um “pseudo” movimento de alguém que certamente não teve oportunidade de posar para a fotografia ou então se esqueceu de se por em bicos de pés na devida altura. Será esta a melhor forma de ganhar protagonismo?

É pena que assim se actue, é pena que não consigamos respeitar acordos de cavalheiros, é pena que não se deixem funcionar os órgãos democraticamente eleitos e mandatados por todos nós para nos representar nestes momentos.

Daquilo que conhecemos da forma de governo do Eng. Sócrates, estes movimentos, que primam por ruídos inconsequentes, são excelentes trunfos para o Sr. Primeiro-ministro não vacile na sua decisão, ligando-os a puras manifestações partidárias. É pena e já é tempo de aprender.”

Interveio seguidamente Orlando Capitão que também apresentou as felicitações ao deputado João Nunes e que de seguida fez intervenção que se transcreve:

“Em sua reunião de 13 de Março findo, a Câmara Municipal tomou, por unanimidade, duas deliberações sobre o “Arranjo urbanístico da Frente Marítima de Apúlia”:

- A primeira em que, face a uma informação técnica prestada pela Divisão de Infra-Estruturas Municipais declarando que o adjudicatário solicitara prorrogação de prazo para esta empreitada, a Câmara deliberou “autorizar a prorrogação de prazo para a conclusão dos trabalhos por um período de 64 dias, nos termos e pelas razões constantes da informação técnica apresentada, com a qual se concorda”;

- A segunda em que, face a uma outra informação prestada pelos mesmos serviços, o adjudicatário solicitara a suspensão dos trabalhos da empreitada, a Câmara deliberou “face aos fundamentos constantes da informação técnica apresentada, com a qual se concorda, autorizar a suspensão dos trabalhos até que estejam disponibilizados novos terrenos que permitam a continuidade das obras”.

É muito estranho que, numa mesma reunião, o Executivo Municipal autorize a prorrogação do prazo de execução por 64 dias e suspenda os trabalhos até que sejam disponibilizados novos terrenos para que a obra possa prosseguir.

De ambas as deliberações deduz-se que os pedidos partem do adjudicatário, mas não se indicam as razões por ele invocadas. A segunda deliberação apoia-se em fundamentos constantes da informação técnica, fundamentos que também não são explicitados.

O que se passará, afinal, com esta empreitada? Quais as razões invocadas pelo empreiteiro e quais os fundamentos dos serviços técnicos?

O “Farol de Esposende”, no seu n.º 382, de 28 de Março passado, em notícia subordinada ao título “Obras de requalificação em Apúlia param em Maio” refere que o “presidente da Câmara vai tentar que se produza o máximo da obra até Abril, mas questiona a eficiência do Ministério do Ambiente, que não tratou correctamente o pedido da autarquia de delimitação do domínio público marítimo”.

Não se diz se a Câmara Municipal indicou o seu representante para a comissão de delimitação nem se o INAG, I.P. solicitou aos outros interessados, proprietários dos terrenos confinantes, a indicação dos seus representantes na mesma comissão.

Parece que, com a delimitação, tudo ficaria resolvido.

Mas não é assim.

Nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 353/2007, de 26 de Outubro, “a delimitação administrativa do presente decreto-lei não preclude a competência dos tribunais comuns para decidir da demarcação das propriedades ou da propriedade ou posse dos leitos e margens ou suas parcelas, nos termos da lei processual civil”.

Em termos gerais, o domínio público marítimo está, por lei, perfeitamente definido. Só que, em espaços do domínio público marítimo, havia já, à data da sua constituição e continua a haver propriedade privada. Era o que acontecia com espaços pertencentes a particulares anteriormente a 31 de Dezembro de 1864 e o que pode acontecer com outros casos, devido à erosão marítima verificada e ao crescente avanço das águas do mar, posteriormente a essa data.

Se, em área do domínio público marítimo, existe propriedade privada, nos termos referidos, que seja necessário remover, esta deverá ser adquirida ou expropriada. O seu valor será naturalmente reduzido, dado que, em princípio, nada ali poderá ser construído, beneficiado ou reconstruído.

Se o direito de propriedade invocado não é fundamentado nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 54/2005 e se, em caso de construção posterior a 1951, os seus proprietários não detêm licença municipal de construção, não se justificará a compra nem a expropriação. Justificar-se-á uma ordem de demolição e de limpeza do terreno.

Se houver licença de construção passada pela Câmara Municipal, haverá alguma responsabilidade desta, pelo menos moral, dado que o particular talvez não tivesse construído se a licença não lhe tivesse sido concedida.

Há perto de seis meses que foi enviada ao Ministério do Ambiente a posição desta Assembleia Municipal sobre o projecto de Regulamento do Parque Natural do Litoral Norte e sobre o modelo de gestão deste Parque, aprovada em sessão extraordinária de 15 de Outubro de 2007. Passado todo este tempo, desconheço a posição do Ministério sobre o assunto. Acho muito estranho que o Ministério nada tenha informado.

Admitindo a hipótese de o Ministério pretender manter o texto proposto pelo ICNB e o modelo de gestão por este pretendida, entendo que a posição desta Assembleia deveria ser reforçada com uma manifestação muito clara e massiva da população das freguesias do litoral do Município, integradas na área do Parque.

Esta manifestação reforçaria a mais que indiscutível legitimidade desta Assembleia Municipal, legitimidade que parece ser posta em causa pelo ICNB.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro cuja intervenção que se transcreve:

“1. Quero, em primeiro lugar, saudar o Sr. Deputado João Nunes pela sua recente eleição para Presidente da Comissão Política Concelhia do PS. Poderia desafiá-lo, tendo em conta as responsabilidades políticas que assumiu, para dar um contributo no sentido da denuncia das desastrosas políticas do Governo PS e da mobilização para as contestações contra tais políticas, protestos que se tornam cada vez mais gigantescos em cada dia que passa. No entanto, não o farei, porque o Vosso código genético político, os genes políticos do PS são adversos à defesa dos direitos e interesses das populações, bem como às lutas em defesa de tais direitos.

2. A propósito da intervenção que o Sr. Deputado Albino Penteado Neiva, líder da bancada da maioria PSD nesta Assembleia, acaba de expender, não posso deixar de dizer que o facto de eu ser membro deste Órgão, jamais poderá coarctar o meu direito de intervenção cívica e de participação nas comissões de utentes em defesa dos interesses das populações. É com elevado entusiasmo que participo na Comissão de Utes do Concelho de Esposende Contra as Portagens na A28. Comissão que integra uma grande plataforma de Comissões de utentes desde Caminha, Viana do Castelo, Esposende, Barcelos, Póvoa, Vila do Conde, Grande Porto, Vale do Sousa, Espinho e Aveiro. As posições concertadas das assembleias municipais contra as portagens não pode, nem deve impedir os movimentos populares de contestação contra esta injusta e gravosa intencionalidade do Governo, qual seja a de portajar vias de comunicação estruturantes para os concelhos que servem e para as quais não existem alternativas. O Sr. Deputado Albino Neiva não pode confundir, nem misturar o papel e a acção institucional das assembleias municipais com a acção e luta das populações. Refere que o PCP deseja, nesta matéria, protagonismo e estar sob os holofotes. O Sr. Deputado sabe muito bem que o PCP foi o primeiro Partido político que, em Esposende, tornou público o seu protesto contra as portagens na A28. Fizemo-lo através de comunicados e da realização de um abaixo-assinado que recolheu centenas de assinaturas. No entanto, face ao eclodir de comissões de utentes, o PCP decidiu, enquanto Partido, suspender as acções que estava a desenvolver e dar todo o seu apoio, através da envolvimento dos seus militantes nesta luta. É o que estamos a fazer, juntamente com gente de outros partidos e gente sem partido. Ademais, é estranha a crítica do Sr. Deputado ao PCP, porquanto, em Viana do Castelo, tal como em Esposende, a Assembleia Municipal aprovou a moção conjunta das assembleias municipais contra as portagens da A28. Lá, em Viana do Castelo, o PSD votou tal moção e, nem por isso, deixou, enquanto Partido de tomar posições contra as Portagens. O PSD em Esposende tem é ciúme do PCP. O PSD em Esposende bem gostaria de estar na luta, mas já perdeu o comboio. Este é o vosso grande problema.

3. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal acaba de informar que pediu, em nome deste Órgão, uma audiência há mais de um mês ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente e que ainda não obteve resposta. Concordo com V.^a Ex.^a, Sr. Presidente. De facto, um mês é muito tempo e configura uma falta de respeito do membro do Governo para com esta Assembleia, tanto mais, como V.^a Ex.^a acaba de informar, o Sr. Secretario de Estado em causa se deslocou

a Esposende para falar com o PS e não se dignou falar com a Assembleia Municipal. É uma conduta que a CDU reprova com veemência.

Continuando no uso da palavra, apresentou três recomendações, cujo teor se transcreve, bem como uma proposta que é também transcrita:

PROPOSTA SOBRE A EXPLORAÇÃO DE CAULINOS EM VILA CHÃ

“Vários moradores de Vila Chã me têm contactado manifestando preocupações com as consequências advenientes da exploração de caulino nesta freguesia. Referem que tal exploração, no plano ambiental, configura um quadro negativo que coloca em causa o bem-estar e a qualidade de vida da população. Apontam, como exemplo, a permanente circulação de camiões de transporte de caulinos nas ruas principais de Vila Chã, com todos os inconvenientes para a segurança das pessoas. Efectivamente, importa conhecer de forma cabal esta situação que, parece arrastar-se no tempo sem soluções à vista. Emerge, pois, saber:

- Se existem condições de segurança na exploração de caulinos;*
- Se a empresa concessionária está a adoptar todos as medidas legalmente previstas para minimizar danos ambientais.*

Esta é uma matéria da maior importância para o Município que deverá mobilizar a atenção desta Assembleia. Ao fazê-lo, enquanto legítimos representantes da população, corporizamos um dos nossos desígnios, qual seja, o de defender sempre os direitos e interesses dos munícipes. Não seríamos os primeiros. Outras autarquias locais têm actuado, de forma abnegada defendendo, no que concerne ao problema em questão, as suas gentes. Refiro, por exemplo, as Assembleias e Juntas de Freguesia de Vila Seca e Barqueiro do Concelho de Barcelos.

Assim, proponho que o Plenário da Assembleia Municipal ou a sua Comissão Permanente se desloquem a VILA CHÃ, a fim de conhecer “in loco” as condições em que se processa a exploração de caulinos, bem como o seu transporte pelas ruas desta freguesia.”

RECOMENDAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE DO CONCELHO DE ESPOSENDE

“Em vários concelhos do nosso país têm sido criadas unidades de saúde móveis, por iniciativa das câmaras municipais.

Trata-se de projectos de grande relevância, essencialmente, no plano da prevenção de muitas enfermidades, porquanto, por esta via, é possível, numa lógica de proximidade, aprofundar formas de comunicação/informação no que concerne à prestação de cuidados de saúde primários.

E estas iniciativas assumem maior importância, quando delas poderão beneficiar pessoas mais idosas e com mobilidade condicionada ou aqueles que têm mais dificuldades, desde logo, financeiras para se deslocarem aos Centros de Saúde.

Trata-se de acções que, embora nascendo da iniciativa e acção mobilizadora das autarquias, não podem nem devem visar a substituição da missão atribuída às autoridades locais de

saúde, antes devem acontecer sempre numa lógica de parceria estreita com tais autoridades e outras instituições e actores sociais.

Ciente da importância desta medida para a população do concelho de Esposende, a Assembleia Municipal, reunida em 07 de Abril de 2008, recomenda à Câmara Municipal que inicie todo o trabalho tendente à criação e funcionamento da UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE DO CONCELHO DE ESPOSENDE.”

RECOMENDAÇÃO SOBRE A EDIÇÃO DE SEPARATA DO BOLETIM MUNICIPAL, ONDE CONSTEM AS DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE

“A prestação de informação permanente e sistematizada sobre a actividade do Município deve constituir uma preocupação dos seus Órgãos. Neste âmbito, assumem particular importância as várias deliberações da Câmara e Assembleia Municipal, as quais deverão, de forma cabal e objectiva, ser levadas ao conhecimento da população.

Assim, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária, no dia 07 de Abril de 2008, recomenda à Câmara Municipal que, com uma periodicidade bimensal, seja editada uma separata do Boletim Municipal, onde constem todas as deliberações dos dois Órgãos do Município de Esposende.”

RECOMENDAÇÃO SOBRE O AUMENTO DE CONTENTORES DE LIXO NAS ZONAS DE MAIOR AFLUÊNCIA DE PÚBLICO

“Nos últimos dias, em virtude da significativa melhoria das condições do tempo, afluíram milhares de pessoas ao nosso concelho. Esta situação, provoca naturalmente, um aumento da produção de lixo, nas zonas mais procuradas. No entanto, aos fins-de-semana, não existindo recolha de lixo, os contentores e caixotes existentes, residuais em certos locais como em OFIR e Foz do Cávado, ficam completamente cheios, configurando um quadro de conspurcação e profundamente desagradável. Trata-se de um péssimo cartão de visitas para o nosso concelho. Do mesmo passo, o não funcionamento de casas de banho aprofunda esta má imagem de Esposende. A Câmara não pode, não deve continuar a olhar para o ar fazendo de conta que aquilo que acabo de referir não é importante, ou não existe. Trata-se de uma situação que se arrasta há muito tempo e que muita gente tem sinalizado como profundamente negativa.

Assim, consciente desta situação e com o objectivo de lhe pôr termo, a Assembleia Municipal, reunida em 07 de Abril de 2008, recomenda que a Câmara Municipal desencadeie mecanismos tendentes a garantir:

- o aumento do n.º de contentores/caixotes de lixo nas zonas de maior afluência de pessoas, designadamente nas faixas mais litorais de Apúlia, Ofir, Foz do Cávado, Cepães e Foz do Neiva;

- a realização de recolha de lixo ao fim de semana;

- a abertura permanente de casa de banho nas zonas mencionadas.

Assim, acontece em muitas zonas turísticas e que querem fazer do turismo um dos pólos de desenvolvimento.”

Intervenção seguida Albino Neiva em defesa da honra.

De seguida intervenção João Nunes que agradeceu as felicitações que lhe foram endereçadas e que efectuou intervenção cujo teor se transcreve:

“Apesar de a situação económica e financeira, a nível mundial, ser extraordinariamente complexa, assente na constante e vertiginosa subida do preço do petróleo e na crise do crédito imobiliário - a conhecida crise do “suprime”-, dificuldades a que Portugal não é alheio, o XVII Governo Constitucional, chefiado pelo Senhor Primeiro-ministro, Eng.º José Sócrates, conseguiu a proeza de em apenas dois anos, passar de um défice orçamental de 6,1% , herdado do Governo chefiado pelo PSD, para um défice de 2,6%, no final de 2007. Este é o défice mais baixo dos últimos 30 anos, e sem recurso a nenhuma habilidade de “medidas extraordinárias”.

Argumentarão que foi à custa de muitos sacrifícios. É verdade, mas sem eles, e, sem a participação de todos os portugueses, na resolução desse drama, que era e continua a ser, o défice em percentagem do PIB, o País, apontado como um mau exemplo na Europa Comunitária, não conseguiria encontrar um rumo e uma consolidação estruturada, que permitisse, apesar da crise, abrir uma janela de esperança.

Foi através da redução da despesa, com a introdução de algumas reformas, nomeadamente a da Segurança Social, garantindo a sua sustentabilidade financeira, económica e social, a reforma da Administração Pública, com novas leis sobre carreiras e remunerações, foi através do aumento da receita com especial destaque para o combate à evasão fiscal, foi através de direccionar o aumento dessa receita na redução do défice, que possibilitou ao actual Governo, ter conseguido o excepcional resultado, que nos permitirá, apesar das cautelas necessárias, antever uma melhoria na qualidade de vida dos portugueses.

E o primeiro sinal, a primeira realidade que nos autoriza a afirmar que este Governo está atento, que está no caminho certo, e que quer o melhor, a curto prazo, para Todos os Portugueses, foi o anúncio da descida do IVA em 1% a partir de Julho próximo, isto depois de este imposto, ter sofrido aumentos por duas vezes, uma no governo do Dr. Durão Barroso que o colocou nos 19% e uma outra no actual governo que o elevou para os 21%. Para já, embora a oposição ao actual Governo, o menospreze, ficámos com a certeza que o Governo do Partido Socialista baixará o IVA, para a taxa de 20%.

Da agenda reformista que tem notabilizado este Governo Socialista, destacamos hoje, as políticas sociais, evidenciando apenas, alguns factos de inegável alcance, que têm contribuído para a diminuição das desigualdades que se verificam em Portugal.

i)-O Complemento Solidário para Idosos, com melhorias no seu rendimento global, pois passou a abranger todos os cidadãos com mais de 65 anos e com rendimentos inferiores a 400 euros. É um apoio que visa tirar da pobreza os mais velhos e do qual já beneficiam cerca de 77 mil idosos;

ii)- Foram introduzidas novas medidas de apoio à natalidade através do reconhecimento do direito aos subsídios de maternidade, de paternidade e adopção, quer por cidadãos nacionais, quer por estrangeiros, refugiados ou apátridas, desde que preencham a condição de residência e a condição de recursos; iii) - Consagrou-se uma majoração de 20% ao montante do abono de família para crianças e jovens inseridos em agregados familiares monoparentais;

iv) – Foi criado o abono pré-natal, de que já hoje beneficiam milhares de grávidas; v) – foram

majorados os abonos para o segundo e terceiro filhos; vi) – a dedução fiscal em IRS foi duplicada para famílias com filhos até três anos; vii) -Está prometido atribuir um subsídio social de maternidade, de 325€ mensais, às mulheres sem carreira contributiva; viii)- o Serviço Nacional de Saúde apoia financeiramente a procriação medicamente assistida; ix)- Com o Programa Novas Oportunidades mais de 350 mil adultos se inscreveram para melhorar as suas qualificações e mais de 100 mil computadores portáteis entregues a alunos e professores; x) – No âmbito do QREN 2007-2013, assumiu-se como prioridade, a Educação e formação profissional, pretendendo-se atingir até 2013, um nível de qualificação e de escolarização semelhante ao da média europeia, consagrando-se o nível secundário como referencial mínimo; xi) – Foi criado um novo sistema de empréstimos para estudantes do Ensino Superior; xii)- Foi criado o subsidio de desemprego dos trabalhadores da Administração Pública; xiii) – Verificou-se o maior aumento da última década quanto ao valor do novo Salário Mínimo Nacional; xiv) – Consagração de benefícios fiscais para as empresas que construam creches e jardins-de-infância; xv) – De forma a fomentar a coesão social e territorial, optou o Governo por consagrar mais benefícios fiscais para as empresas que se estabeleçam no interior;

E, muitas outras medidas poderia aqui enunciar, sem esquecer o Programa PARES que já permitiu aprovar mais de 14 mil novos lugares em creches, mais de mil novos lugares para pessoas com deficiência e mais de 15 mil novos lugares em equipamentos para os idosos.

E por tudo isto, não se compreende as duras criticas atiradas ao Governo pelo Senhor Presidente da Câmara, aquando da inauguração das obras de requalificação e ampliação do Centro Social da Juventude Unida de Marinhas. Obra extraordinária a merecer de Todos Nós, o aplauso e o apreço por todos quantos dedicam muito do seu tempo e dinheiro ao Centro Social.

Mas Senhor Presidente da Câmara, se lhe reconhecemos o direito de se mostrar insatisfeito com o muito ou com o pouco, que o nosso Município recebe do Estado, e se, aceitamos, embora amarguradamente - porque não podemos intervir e por isso sem contraditório -, que escolha os momentos para lançar alfinetadas ao Governo deste País, estamos certos, que, neste mês da liberdade e da democracia, não se irá amofinar, se lhe dissermos que foi uma tremenda injustiça e um gigantesco exagero, quando afirmou que no domínio da área social, as Instituições deste Concelho e a Câmara Municipal “estarão sozinhos”.

Registou V.Exca. naquela cerimónia, o seu lamento, por não ter sido aprovado qualquer apoio a candidaturas de Instituições do Concelho de Esposende ao Programa PARES. Mas será que o Senhor Presidente da Câmara sabia naquele momento que tal afirmação poderia não corresponder à verdade? Teve ou tem conhecimento, Senhor Presidente da Câmara, que no nosso Concelho já houve recusa de assinatura de “aceitação de protocolo”, só porque a verba a receber não correspondia às expectativas esperadas por uma das nossas Instituições?

Se têm sido rejeitadas as candidaturas apresentadas pelas Instituições do Concelho de Esposende ao Programa PARES, e a partir do momento em que, publicamente se faz referência a esse facto, não seria interessante divulgar-se porque tal acontece? Com que fundamentos não são aprovadas essas candidaturas?

Serão os projectos deficientemente elaborados? Serão obras sociais faraónicas e desproporcionadas ao número de habitantes onde se pretende implantar tal obra? Serão obras em execução que quando são vistoriadas, não correspondem ao projecto inicial?

Mas se desconhecemos as razões porque esses equipamentos não têm sido bafejados com apoios governamentais, sabemos perfeitamente que o Município de Esposende, recebe uma transferência financeira do Orçamento do Estado, totalmente consignada a despesas associadas a funções sociais, nomeadamente, à educação, à saúde e à acção social.

São transferências significativas, que financiam, despesas elegíveis, de funcionamento corrente do pré-escolar público, dos três ciclos de ensino básico público, as despesas com professores e monitores com funções educativas de enriquecimento curricular, as despesas de funcionamento corrente com os centros de saúde no Concelho, que financiam os programas de cuidados de saúde continuados e apoio ao domicílio, a medicina preventiva, que financiam as despesas de funcionamento de creches, jardins-de-infância, lares ou centros de dia para idosos e financiam programas de acção social no domínio do combate à toxicod dependência e da inclusão social.

Em 2007, o Fundo Social Municipal, porque é dele que estamos a falar, traduziu-se numa receita do Município de Esposende, em cerca de 692 mil euros. Para o corrente ano, a previsão dessa receita, situa-se em cerca de 773 mil euros.

Quase milhão e meio de euros, que o Município de Esposende recebe do Orçamento de Estado para funções sociais.

Depois daquelas lamúrias, pensamos que se impunha falar destes números e destes incentivos. Estamos certos que o Senhor Presidente da Câmara, tê-los-á em mente, nas próximas intervenções.”

Interveio seguidamente António Catarino que se pronunciou sobre o assunto versado por Manuel Carvoeiro relacionado com a exploração de caulinos na freguesia de Vila Chã e cuja intervenção que se transcreve:

"O Prof. Carvoeiro ao trazer a esta Assembleia uma Empresa idónea, que cria postos de trabalho produz e traz riqueza ao Concelho, com a exploração de caulinos, deveria em 1º lugar conhecer a realidade de uma exploração mineira e não vir a reboque de outras freguesias que não têm qualquer legitimidade, porque no passado nada fizeram e pactuaram com explorações clandestinas e ilegais"

Interveio Manuel Carvoeiro referindo que a intervenção que fez relativa aos caulinos se deve, não porque tem qualquer facto a apontar à empresa exploradora, mas sim porque, diversas pessoas de Vila Chã lhe demonstraram preocupação relativamente a essa exploração, pessoas com quem se comprometeu a fazer chegar o assunto a esta assembleia.

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que começou por informar que a sua intervenção era efectuada na qualidade de membro desta Assembleia. Assim, referiu que, em seu entender, a situação que se vive em Portugal é dramática e só quem não quer ver é que não vê as extremas dificuldades que sentem a grande maioria dos portugueses.

Mais referiu que reconhece que este Governo diminuiu o deficit mas não podemos esquecer o elevado preço que estamos a pagar para que se tenha conseguido esse desiderato.

Referiu-se ainda à elevada dívida externa que Portugal apresenta e às consequências que

advêm desse facto.

Continuando no uso da palavra disse que o potencial de crescimento do PIB, que tinha sido estimado pelo Governo ser de 3% no final de 2009, meta que era de facto desejável para a estabilidade da economia portuguesa, está, neste momento, em cerca de 1,7%, logo, nunca se atingirá a meta traçada pelo Governo e serão os portugueses a pagar essa meta inatingida, assim, como, referiu, são os portugueses que sentem a taxa de desemprego a aumentar, contrariamente ao que tinha também sido prometido pelo Governo e que a criação de 150.000 postos de trabalho prometidos pelo Governo não passam agora de uma miragem.

Interveio seguidamente José Felgueiras que teceu alguns comentários acerca da intervenção anterior.

Não havendo mais inscrições neste período de antes da ordem do dia, de imediato foram colocadas a discussão e votação os votos de pesar, a proposta e as recomendações apresentadas.

Assim, relativamente aos três votos de pesar, os quais foram subscritos por todos os grupos parlamentares, foram aprovados por unanimidade, tendo sido também deliberado dar conhecimento dos mesmos às respectivas famílias.

Colocada à votação a proposta apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a eventual visita por parte da Assembleia Municipal à exploração de caulinos na freguesia de Vila Chã, foi a mesma rejeitada com 19 votos contra, 5 abstenções e 11 votos a favor. O Grupo parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto que vai ser transcrita:

“Nós votamos contra, não porque estamos a favor da exploração de caulinos e do seu alargamento, por vezes até contra a população, mas porque existe um órgão, que é a Junta de Freguesia de Vila Chã, que se devia pronunciar sobre esta questão para nos esclarecer sobre a intenção e sobre os contactos que têm sido feitos e não propriamente estarmos aqui a tomar uma decisão e levarmos, mais uma vez, a comissão à exploração dos caulinos, que seria mais uma visita inconsequente. A declaração de voto é no sentido de o Senhor Presidente da Junta de Vila Chã, se tiver alguma informação a dar, a apresente numa próxima Assembleia”

Colocada à votação a recomendação apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a criação de uma Unidade Móvel de Saúde no Concelho de Esposende, foi a mesma rejeitada com 24 votos contra, 3 abstenções e 8 votos a favor. O Grupo parlamentar do PSD e o deputado Pedro Saleiro apresentaram declarações de voto que vão ser transcritas:

Declaração do Grupo parlamentar do PSD:

“Votamos contra, porque achamos que se há concelhos no país que estão mal servidos para distâncias longas a percorrer e que têm dificuldades de acesso aos serviços de saúde, Esposende não é um desses concelhos, pelo que, dada a proximidade a nível de freguesias - temos 18 Kms de comprimento por 7 de largura - e estamos a falar, se calhar, da dimensão de uma pequena cidade. Entendemos que isto seria gastar dinheiro, seria uma inutilidade este serviço considerando a actual rede.”

Declaração do deputado Pedro Saleiro:

“A unidade móvel de saúde serviria a pessoas com mobilidade condicionada e com dificuldades financeiras e, por isso, votei a favor “

Colocada à votação a recomendação apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com a edição em separata do Boletim Municipal das deliberações da Assembleia Municipal, foi a mesma rejeitada com 23 votos contra, 4 abstenções e 8 votos a favor. O Grupo Parlamentar do PSD apresentou a seguinte declaração de voto que vai ser transcrita:

“Votamos contra, porque achamos que as actividades e as deliberações da Câmara já têm a divulgação necessária, passam para a comunicação social e a própria Câmara edita um boletim informativo mensal. Se porventura se editasse mais um boletim, de certeza que teríamos depois aqui uma recomendação, no sentido de dizer à Câmara que estava a utilizar politicamente esse boletim como propaganda”

Colocada à votação a recomendação apresentada por Manuel Carvoeiro relacionada com o aumento de contentores de recolha de lixo nas zonas balneares do Concelho de Esposende, foi a mesma rejeitada com 21 votos contra, 3 abstenções e 11 votos a favor. O Grupo Parlamentar do PSD e o deputado Pedro Saleiro apresentaram declarações de voto que vão ser transcritas:

Declaração do Grupo parlamentar do PSD:

“Votamos contra, porque tivemos o cuidado de auscultar as Juntas de Freguesia que governam estes espaços e fomos informados que quer em Apúlia, Ofir, Cepães e Foz do Neiva funcionam as recolhas de lixo, têm casas de banho, não entendendo as críticas feitas.”

Declaração do deputado Pedro Saleiro:

“Eu voto a favor, porque, não obstante considerar que o objecto desta recomendação é demasiado restrito, já no dia 28 de Fevereiro tinha feito aqui, não desta forma nem sobre a forma de recomendação, mas para que o problema da recolha de lixo fosse analisado de uma forma global, uma vez que este problema não é só extensivo às zonas balneares.”

02 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, o qual fez a sua apresentação. Continuando no uso da palavra o senhor Presidente da Câmara deu informação acerca do denominado Plano de Acção Integrada do Litoral Norte, bem como teceu um conjunto de considerações relativas a intervenções anteriores de diversos membros da Assembleia Municipal.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro cuja intervenção vai ser transcrita:

“1. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, esta minha intervenção deve cingir-se às questões acerca da Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara.

Contudo, não posso deixar de dizer, Sr. Presidente da Assembleia, a propósito da intervenção que V.ª Ex.ª acaba de proferir, onde, em resposta ao Deputado João Nunes, lamenta a destruição do nosso tecido produtivo nacional, pretendendo imputar as culpas a este Governo PS; que o PCP há 30 anos luta contra a destruição do sector produtivo das pescas, agricultura e indústria. Há trinta anos que o PCP luta e denuncia esta deriva louca de destruição das principais alavancas da nossa economia, substituídas pela economia especulativa financeira, verdadeira economia de casino, como muito bem tem repetidamente afirmado o Secretário Geral do meu Partido, Jerónimo de Sousa. Hoje, assistimos à economia beduína das deslocalizações. Vejam-se as notícias mais recentes acerca do encerramento de grandes empresas lançando no desemprego centenas de trabalhadores. Mas, esta política ruinosa e de destruição do nosso país tem autores e culpados. São os Partidos do centrão político nacional – PSD e PS, às vezes com o CDS/PP, que se têm revezando no Poder. V.ª Ex., Sr. Eng.º Couto dos Santos, sabe bem do que falo, sabe bem que é assim.

2. Sr. Presidente da Câmara Municipal; V.ª Ex.ª está, face ao quadro legal em vigor, obrigado a apresentar uma informação escrita acerca da actividade do Município, bem como da sua situação financeira. Ora, quanto ao primeiro documento, desta vez vingou a omissão. Lamentamos que nada haja para comunicar ao órgão magno do Município. Mas, se nada tem a comunicar, emerge, da nossa parte, o seguinte questionamento:

i) Na sessão ordinária desta Assembleia, realizada em 21 de Fevereiro de 2008, apresentei dois requerimentos à Câmara Municipal, cuja resposta, via Internet, chegou ao meu conhecimento na passada sexta – feira, dia 04 de Abril. Refere V.ª Ex.ª, na referida resposta que tais requerimentos lhe foram remetidos em 18 de Março último. Não acha, Sr. Presidente, que, numa Câmara, que ostenta o timbre, e faz gáudio disso, da qualidade certificada, mais de um mês, para responder a dois requerimentos da CDU, é muito tempo? Dirá: Só tomei conhecimento dos requerimentos no dia 18 de Março! Mas, se foi assim, como se justifica que tais documentos levassem 18 dias a chegar ao seu conhecimento? Não acha que esta lentidão constitui um motivo justificador para que nos interroguemos sobre a tão propalada qualidade? Se para responder a dois requerimentos, cuja resposta não encerrava qualquer complexidade se demorou mais de um mês, qual será o tempo de resposta aos muitos requerimentos dos municípios deste concelho? Por cá, vigora mesmo o SIMPLEX da Nação, que, para os utentes, continua, em, muitas matérias, a ser o “CALMEX “ou “COMPLEX” de antanho!!!

ii.) Sr. Presidente da Câmara, no dia 12 de Março, na cerimónia inaugural das obras de requalificação e ampliação do Centro Social da Juventude Unida de Marinhãs (JUM), V.ª Ex.ª, conforme vem publicado no Boletim “Esposende é Notícia” “lamentou que o Governo não tenha apoiado qualquer candidatura das instituições sociais do concelho ao Programa Pares”. No entanto, sobre as suas declarações, o Jornal Voz de Marinhãs refere “ Tendo em conta as revelações feitas pelo Presidente da Câmara e pelo Presidente do CSJUM, sobre a falta de apoio do Governo, Voz de Marinhãs apurou, junto de fonte da Segurança Social, de que estas afirmações não são verdadeiras, tendo sido esclarecido o seguinte: O PARES destina-se ao alargamento da rede de equipamentos sociais. Daí o nome. A IPSS, Centro Social da Juventude Unida de Marinhãs, candidatou-se a Centro de Dia, Creche e pré-escolar, mas só apresentou alargamento em relação ao centro de dia (mais 10 lugares). Os lugares de creche e pré-escolar eram os que já existiam. Assim, sendo (...) da parte elegível receberiam do PARES o valor de 49 042,00euros. No entanto, o CSJUM desistiu deste apoio, motivo pelo qual não recebeu qualquer verba de apoio do Programa PARES, apenas pela desistência e

não pela falta de apoio do Governo.” Também, o editorial do jornal que acabo de citar reafirma que “não é verdade que não tenha sido apoiado nenhum projecto de candidatura ao PARES”. Lê-se, ainda, no mesmo editorial acerca das obras na frente marítima da praia de Apúlia que “acusar o Ministério do Ambiente do problema da paragem das da frente ribeirinha da praia de Apúlia é um disparate que pretende esconder a verdadeira razão deste facto, pois essa razão cinge-se apenas e só à falta de planeamento atempado e concreto para realização de uma obra deste cariz” Sr. Presidente, afinal onde está a verdade? Não acha que estas matérias, pela sua importância e relevo para a vida dos Esposendenses deveriam ser abordadas sem que restassem quaisquer dúvidas acerca das mesmas? Na busca da verdade total, dirigirei, através da Mesa desta Assembleia, a V.ª Ex.ª, um requerimento escrito para que, tempestivamente, me sejam fornecidas a listagem das candidaturas apresentadas ao programa PARES, bem assim os resultados dessas candidaturas.

Mas, V.ª Ex.ª, acaba de referir que, afinal, o dinheiro que o PARES atribuía ao CSJM era na ordem dos 30.000 euros, verba, para si, residual tendo em conta o valor global da candidatura desta Instituição (cerca de 200 mil euros). Sr. Presidente da Câmara; 30 mil euros é pouco dinheiro? V.ª Ex.ª torna desprezível este subsídio do Programa PARES? Tem noção do que acaba de afirmar? Sabe quantos computadores pode comprar com 30 mil euros para equipar as escolas do 1.º ciclo? Lembre-se, Sr. Presidente, que muito menos do que este montante (cerca de 18 mil euros), atribuiu a Câmara de subsídio à Associação de Pais de uma EBI de Apúlia, para compartilhar nas despesas com o funcionamento de uma cantina escolar. E vem o Sr. considerar desprezível 30.000 euros!!!

iii) Sr. Presidente, o tempo passa e nunca mais vem à luz do dia o Estudo Estratégico para o Desenvolvimento Turístico do Concelho de Esposende, encomendado pela Câmara ao Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA). O que se passa com esse Estudo. Afinal, está ou não concluído? Conforme já informou, há mais de três meses que tal estudo está concluído, então porque não o torna público? Até informou que já o teria lido! Ao não o apresentar, somos levados a concluir que afinal, esse Estudo não terá passado de uma atizada campanha de propaganda da Maioria PSD. Estou muito curioso acerca desse Estudo e, enquanto Deputado Municipal, mais uma vez pugno para que o mesmo seja, com brevidade, tornado público, até porque custou muito dinheiro, como se vê pelas contas da Câmara.

iv) Sr. Presidente da Câmara, nos termos do Estatuto da Oposição, “até Março de cada ano, a Câmara Municipal deve elaborar, com referência ao ano anterior, relatórios de avaliação do grau de observância dos direitos da oposição, que deverão ser publicados nos boletins da autarquia”. Ora, sobre esta matéria não se conhece nenhuma actuação da Câmara. O Órgão Executivo do Município, onde está, para além da maioria PSD, o PS e CDS/PP, vai continuar a não cumprir esta estatuição legal da maior importância no que tange ao direito de participação efectiva na vida do Município?

v) O art.º 68.º, n.º 2, alínea q) da Lei n.º 169/99, plasma que “ compete ao Presidente da Câmara municipal (...) remeter ao órgão deliberativo cópias dos relatórios definitivos de acções tutelares ou de auditorias sobre a actividade do órgão executivo e dos serviços, no prazo máximo de 10 dias após recebimento dos mesmos”. Ora, tendo a IGAT desenvolvido actividades inspectivas na Câmara, tendo sido desenvolvidas auditorias tendentes à certificação de serviços, não se compreende que, V.ª Ex.ª não tenha, conforme decorre do comando legal, qualquer relatório decorrente de tais acções a esta Assembleia.

vi) Sr. Presidente, que candidaturas apresentou a Câmara Municipal no âmbito do QREN

para a construção dos Centros Educativos de Esposende?

vii) Da mesma forma, que candidaturas apresentou a Câmara no âmbito do QREN tendentes a preservar o nosso património cultural, arqueológico(material e imaterial)?

viii) Qual o ponto da situação acerca do projectado Centro Educativo de Fão?

ix) Sr. Presidente, confirma que há mais de um mês lhe foi dirigido, pela Associação de Pais e Amigos das Escolas de Fão(APAEF), um pedido de audiência, ao qual V.^a Ex.^a não terá respondido? Em caso afirmativo, não acha que é tempo de mais para agendar uma reunião com os representantes dos pais de Fão?

x) Em recente entrevista na Esposende Rádio, um conhecido empresário do nosso concelho, afirmou que uma sua empresa teria projectado um empreendimento turístico (resort) que orçava em milhões de euros para as margens da zona estuarina do rio Cávado, projecto que acabaria por abandonar tendo em conta as muitas restrições, desde logo, ambientais, impeditivas da construção de tal resort, criticando esse empresário, ainda que de forma velada, o Parque Natural do Litoral Norte (PNLN). Está V.^a Ex.^a em condições de nos falar desse projecto imobiliário? O que sabe sobre a matéria?

xi) Finalmente, Sr. Presidente sobre o Programa Operacional Norte que aqui abordou, o mesmo traz-me à memória aquela cerimónia realizada nas Piscinas Municipais há alguns anos, onde o Primeiro Ministro de então, Dr. Durão Barroso, numa cerimónia cheia de pompa que meteu banda e rancho, pelo menos rancho meteu, onde afirmou mundos e fundos para a recuperação do Litoral Português através do Programa FINISTERRA. Tudo não passou de um tiro de pólvora seca. Do mesmo modo, e em jeito de exemplo refiro a vinda em finais de 2006 do actual Ministro do Ambiente a Esposende, onde anunciou que iríamos ter a barra a curto prazo. Afinal, tais promessas deste ministro, também, não passaram de um tiro de pólvora seca. Palavra leva-as o vento. Por isso, o programa de milhões de euros que o Sr. Presidente da Câmara anuncia no âmbito do Programa Polis Litoral ou Operacional Norte é capaz de não passar de mais uma promessa vã.”

Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara que prestou os esclarecimentos às questões suscitadas por Manuel Carvoeiro.

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

03.01 – ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008 – PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e um de Fevereiro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 33 VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES, APROVAR A ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO.

Os deputados que se abstiveram apresentaram declaração indicando que a sua abstenção se deve ao facto de não terem estado presentes naquela sessão. -----

03.02 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2008 – PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente a acta da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de Fevereiro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 31 VOTOS A FAVOR E 4 ABSTENÇÕES, APROVAR A ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO.

Os deputados que se abstiveram apresentaram declaração indicando que a sua abstenção se deve ao facto de não terem estado presentes naquela sessão. -----

03.03 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que, o Relatório do Auditor Externo relativo à situação económica e financeira da Câmara Municipal referente ao segundo semestre do ano de 2007, da qual será enviada cópia a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

03.04 – REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ESPOSENDE - DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO - RACTIFICAÇÃO DA PROPOSTA. -----

Foi presente em sessão o ofício enviado à Assembleia Municipal de Esposende pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte no qual se solicita a designação do representante da Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Esposende.

Sobre esta matéria todos os grupos com assento nesta Assembleia Municipal já se haviam pronunciado indicando como representante do Município naquela Comissão o deputado Manuel Albino Penteado Neiva, pelo que foi o mesmo assunto presente em sessão ordinária para ratificação da nomeação efectuada pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A NOMEAÇÃO EFECTUADA PELA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E, ASSIM, CONSIDERAR NOMEADO COMO REPRESENTANTE NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL O DEPUTADO MANUEL ALBINO PENTEADO NEIVA. -----

03.05 – ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL - PROPOSTA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 13 de Março de 2008, foi presente na Sessão proposta de alteração do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Esposende. Fica arquivada cópia da documentação referida junto à minuta da acta da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM ALTERAR O QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE NOS MOLDES APRESENTADOS. -----

03.06 - CÂMARA MUNICIPAL - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2007 - PARA APROVAÇÃO. -----

Foi presente o relatório de Actividades e documentos de prestação de Contas da Câmara Municipal, respeitante ao ano de dois mil e sete. Está junto o seguinte despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de trinta e um de Março de dois mil e oito:

“De acordo com o que decorre do preceituado no artº 53º/2 c) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, apreciar e votar os documentos de prestação de contas, apreciação esta que, conexcionada com o disposto no artº 49º do mesmo diploma, terá que ocorrer na sessão de Abril daquele órgão deliberativo.

A competência para elaborar e aprovar o relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas é cometida à Câmara Municipal, como decorre do disposto no artº 64º/2 e) do mesmo diploma legal acima indicado, contudo, o artº 65º/1, também do mesmo texto legal, permite que a competência em apreço seja delegada pelo órgão executivo no seu presidente, o que veio a ocorrer, como consta de deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 16 de Janeiro de 2002.

Assim, no uso de competência delegada, APROVO o relatório de Actividades e os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal referentes ao ano de 2007, tudo conforme documentos em anexo.

Mais determino que os mesmos sejam remetidos à Assembleia Municipal para o normal exercício, por parte desta, da competência já acima referida, proponde-se àquele órgão deliberativo que, para cumprimento do estabelecido no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54 – A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL – aprove o Resultado Líquido do Exercício, pelo valor positivo de 754.430,17 € (Setecentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta euros e dezassete cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

a) Reservas Legais - € 37.721,21

b) Reservas Livres - € 716.708,66”. Segue-se data e assinatura. Fica arquivada cópia da presente proposta e seus documentos anexos junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito: -----

O senhor Presidente da Câmara efectuou as devidas considerações acerca do documento, indicando que se encontrava disponível para responder às questões que eventualmente se

colocassem.

Interveio seguidamente Albino Neiva cuja intervenção vai ser transcrita:

“Pela primeira vez as Contas do Município de Esposende são acompanhadas por um Relatório e Parecer de um Auditor externo o que é, para todos nós, um excelente suporte para a análise e tomada de decisão sobre estes instrumentos contabilísticos.

Apraz-nos registar que a Sociedade de ROC's - insuspeita na sua análise, após estudo da execução orçamental, balanço e demonstração de resultados, concluiu que todos estes documentos, que foram preparados de acordo com as disposições, são rigorosos quer nas políticas contabilísticas quer nos critérios de valores utilizados. Sem quaisquer restrições é-nos proposto, pela referida Sociedade de ROC's que se aprovemos, sem reserva, este Relatório de Gestão.

Face à informação prestada por essa equipa técnica e atendendo a que as demonstrações financeiras referentes a 2007 traduzem um excelente desempenho e um rigor apreciável que este Executivo Municipal colocou na gestão dos dinheiros públicos, o Grupo Político do PSD nesta Assembleia Municipal votará favoravelmente a Prestação de Contas do Ano 2007.”

Interveio depois Orlando Capitão cuja intervenção vai também ser transcrita:

“Uma análise muito ligeira dos documentos que nos foram remetidos por CD, suscita-me algumas observações como as que, a título de exemplo, vou referir:

1. A receita corrente atingiu, em 2007, os 14.626.425 €, mais 1.798.372 € que na gerência de 2006. Em 2006 este tipo de receita já foi superior à de 2005 em 804.435 €.

Verifica-se que, entre as receitas que registaram considerável aumento, está a participação no IRS e também a resultante da cobrança do IMI. O imposto municipal sobre imóveis produziu, em 2007, uma receita de 2.322.841,20, a exceder, em 288.855,92 €, o arrecadado em 2006.

Isto vem dar-nos razão quando pedíamos o abaixamento da taxa do IMI e quando apontávamos o exemplo de alguns municípios que vinham e vêm baixando a sua participação do IRS, em benefício dos seus munícipes.

É evidente que os executivos municipais necessitam de receita que lhes permitam responder às necessidades correntes, e ao progresso e desenvolvimento dos seus municípios. Apetece-me lembrar – e o sr. Presidente da Câmara não precisa que lhe lembre – que os cidadãos elegem os seus governantes para resolver os seus problemas e não para os explorar. Perdoe o sr. Presidente da Câmara esta referência, pois sei que não é nem nunca foi essa a sua intenção.

2. Sobre a taxa de execução do Plano de Actividades, não resisto a repetir a observação que fiz, no ano passado.

Diz o sr. Presidente da Câmara que a taxa de execução foi de 76,46%.

E acho que deveria ficar por aqui. Acrescenta que essa taxa se aproxima dos 80% se acrescentarmos os encargos assumidos e não pagos.

Pergunto: Naquela taxa dos 76,46% não estão também incluídos os encargos assumidos e não pagos em 2006?

3. Aparece por duas vezes esta informação: “Instalamos redes de águas pluviais em vários arruamentos do concelho”. Isto é referido em relação ao “Ordenamento do Território” e volta a constar relativamente ao “Saneamento”.

Louvo a instalação destas redes e apetece-me reclamar a instalação também de redes de saneamento, que, lamentavelmente, faltam na própria cidade, designadamente na zona da Praia de Suave Mar, em que a ligação a essas redes estaria praticamente assegurada.

4. Consta também do relatório a seguinte afirmação; “Concluimos o processo de elaboração do Plano Director da rede Hídrica do Concelho”. Ótimo.

Esta informação traz-me à memória a proposta apresentada pelo deputado Manuel Carvoeiro em 21 de Fevereiro último sobre a “constituição de Comissão de Avaliação e Acompanhamento do estado do Rio Cávado”. Eu próprio, mesmo sentindo a necessidade de se fazer qualquer coisa neste sentido, decidi-me pela abstenção, por não me parecer que a constituição de uma comissão fosse o meio adequado para o efeito.

Mas também penso que este Plano Director será insuficiente se não for feito um levantamento total dos focos de lançamento de resíduos industriais, domésticos e de qualquer outro género, nos rios Cávado e Neiva e em todos os outros cursos de água corrente, ao longo do seu percurso em território municipal. Depois disto poderá apurar-se que águas entram no concelho, procurar saber o que se passa a montante e pedir medidas aos respectivos municípios.

Estas observações não impedem de votar favoravelmente as contas e o Relatório de Gestão, relativos a 2007, apresentados, dado que esses documentos são a execução do Orçamento e do Plano de Actividades aprovados para esse ano e, nesse aspecto, não encontro desvios de relevo.”

Intervieio seguidamente João Nunes cuja intervenção vai ser transcrita:

“Começaria por felicitar o Município pela forma clara e transparente como está apresentada a Prestação de Contas e, por isso, de mais fácil análise.

Comparar os documentos hoje em análise com os que nos eram apresentados há 4 ou 5 anos atrás, é a mesma coisa que estar a comparar o “branco” e o “preto”.

Se a definição de tempo, recorrendo à forma mais simplista e popular de o caracterizar, pode ser o período de 24 horas de cada dia, nestes últimos tempos não nos sobraram muitas horas do dia, para uma intervenção, tão profunda quanto desejaríamos, sobre a Prestação de Contas de 2007.

Mesmo assim, não poderíamos, nem hoje nem no futuro, invocar falta de tempo, para não fazer análise ao documento em discussão, que serve para sabermos se o que foi prometido foi executado e se os dinheiros públicos, se o dinheiro usado pelo Município de Esposende, tem sido bem ou mal utilizado, tem sido bem ou mal gerido.

Quanto à execução do orçamentado, o documento apresentado pelo Executivo reconhece que não foram cumpridos os objectivos iniciais, com relevo para a diferença verificada em Investimentos.

Nos últimos cinco anos, o ano de 2007, foi aquele que apresentou maior receita. Um pouco acima dos 20 milhões de euros. Curiosamente é aquele que também, apresenta o pior resultado final, embora seja de salientar que estamos a falar de resultados positivos.

Os Investimentos executados em 2007, comparativamente ao ano anterior, apenas cresceram 200 mil euros.

Em contrapartida, as Despesas Correntes continuam numa subida alucinante, com particular destaque para os “Bens e Serviços Correntes”, que em 2007, consumiram em relação ao ano anterior mais 686 mil euros.

Destacamos as Despesas com “estudos, pareceres, projectos e consultadoria” e “Trabalhos especializados”, que atingem valores anuais muito significativos. Cerca de 700 mil euros. Com um Quadro de Pessoal, recheado com tantos, e presume-se que bons, Arquitectos, Engenheiros e Técnicos, não deveria o Município de Esposende estar mais atento ao dinheiro que nestas rubricas é gasto?

Na execução do Plano de Actividades Municipais, constata-se que, desde 1 Janeiro de 2006 está prevista uma verba de 24.082,00€, para a Revisão do Plano Director Municipal. Até 31 de Dezembro de 2007, esta verba não foi utilizada.

Será que podemos inferir, que nestes dois anos o PDM, tem estado na gaveta?

Senhor Presidente da Câmara, hoje, elegemos um facto concreto, e, se outros motivos não existissem, bastaria este, para não podermos votar favoravelmente esta Prestação de Contas, referente ao ano de 2007.

Mas gostaríamos de votar, favoravelmente. Nesse sentido apresentaremos de seguida uma proposta ao Senhor Presidente da Câmara, que se for acolhida e se aqui houver comprometimento de V.Exca., na execução da mesma, não nos custará votar a favor do documento, ora, em discussão.

Queremos falar sobre o protocolo existente entre a Câmara Municipal de Esposende e a Esposende Ambiente, no que diz respeito à receita dos lixos e à forma como essa receita passa do Órgão Executivo para a citada Empresa Municipal.

Está em jogo, cerca de 35 mil contos anuais - 177.500€ .

Como sabemos, a receita proveniente da “recolha do lixo” atingiu em 2007 a quantia de 845 mil euros. Se esta Receita ficasse na Câmara Municipal, como era até há dois anos atrás, tudo estaria certo. Aquele exacto valor entrava nos cofres da Câmara Municipal.

Mas, porque existe o tal protocolo, essa receita passou a pertencer à Esposende Ambiente. Por Lei, a Esposende Ambiente, para receber aquela quantia, é obrigada a facturá-la, à Câmara Municipal, acrescida do IVA, à taxa de 21%. Ou seja, tal como já o afirmamos em anos anteriores, nesta Assembleia, a Câmara Municipal, ainda paga, para poder dar.

São 177.500€ de IVA que entram nos cofres do Estado e saem, escusadamente, do Município de Esposende. É muito dinheiro, Senhor Presidente, para continuar a manter aquele acordo inútil e, portanto, sem qualquer interesse ou benefício para a Autarquia.

Queremos acreditar, Senhor Presidente da Câmara, que não tenha tido até hoje, avaliado bem, a enormidade dos valores em causa, mas ninguém tenha dúvidas nesta Assembleia Municipal, que com aquela verba, muitos outros objectivos podem ser conseguidos, principalmente em funções sociais.

Em defesa do Concelho de Esposende e em defesa da boa gestão dos dinheiros camarários, apelamos ao Senhor Presidente da Câmara que anule esse acordo. Se assim acontecer, votaremos favoravelmente esta Prestação de Contas.”

Intervenção depois Manuel Carvoeiro cuja intervenção vai também ser transcrita:

“Da leitura e análise dos documentos em apreço – Relatório de Actividades e Contas da Gerência de 2007, resultam, em termos globais significativas taxas de execução. No entanto,

num olhar mais focado, isto é, se tivermos uma análise segregada das várias rubricas, ressalta, no que concerne ao lado das despesas, uma reduzida ambição da Câmara. De facto, nesta análise mais direccionada, existem áreas com baixas taxas de execução algumas no âmbito da educação e cultura. Ademais, continuamos a observar despesas significativas em estudos, projectos e pareceres. Ora, como diz o Sr. deputado João Nunes, se a Câmara tem ao seu serviço funcionários qualificados, e creio que assim é, então porque há tantos gastos nos tais estudos e pareceres? Para nós são despesas supérfluas que deveriam ser canalizadas para iniciativas e acções mais úteis para as gentes do município. Sendo assim, a CDU votará contra.”

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara que prestou esclarecimentos às questões que entretanto foram sendo colocadas pelos anteriores intervenientes.
Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 1 VOTO CONTRA, 8 ABSTENÇÕES E 26 VOTOS A FAVOR, APROVAR OS DOCUMENTOS FINAIS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE RELATIVOS AO ANO DE 2007. -----

04 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se inscrito o senhor António Conduto da Mota Pais que se pronunciou sobre a construção de um edifício cujos processos de licenciamento são os 751, 752 e 753, todos de 2006.

Mais referiu que, contrariamente ao que entende serem as normas de construção civil, está a ser construído um muro de suporte de terras em alvenaria quando deveria ser em betão armado, facto que ameaça ruir quando vierem as primeiras intempéries.

Sendo 24H00 ausentou-se definitivamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas.

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal dando diversos esclarecimentos relativamente ao procedimento interno da Câmara no tratamento de requerimentos que lhe sejam apresentados.

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. _____

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da acta da presente sessão, que, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. _____

---Sendo zero horas e vinte e cinco minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro Secretário,

O Segundo Secretário,

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ESPOSENDE**

**ACTA
Nº 03/2008**

**SESSÃO ORDINÁRIA
07 de Abril de 2008**